



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002836-09.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Franquia**
 Requerente: **Marta Rocha Carneiro Salles**
 Requerido: **Athenas Paulista Rmc Transportes Coletivos Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

A ré é revel.

Citada pessoalmente, com as advertências de praxe (fls. 07/08), ela não ofertou contestação ou apresentou qualquer justificativa para tanto.

Presumem-se por isso verdadeiros os fatos articulados pela autora na forma do art. 20 da Lei nº 9.099/95.

Por outro lado, é certo que o veículo da ré realizou manobra de conversão à direita para colher o automóvel da autora.

A responsabilidade dela promana em consequência das regras insertas nos arts. 34 e 35 do Código de Trânsito Brasileiro, de sorte que o condutor de seu veículo deveria ter obrado com cuidado redobrado para não dar margem a situação de risco aos que trafegavam pelo mesmo sentido de direção ao seu lado direito.

Não foi o que aconteceu, porém, tanto que aconteceu o embate.

Patenteada a culpa da ré, daí decorre o acolhimento da pretensão deduzida, até porque o valor pleiteado está consubstanciado no documento de fl. 04.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 643,73, acrescida de correção monetária, a partir de março de 2014 (época do pagamento de fl. 04), e de juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 02 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**